

## Discurso Audição Parlamentar MCTES OE22 (4 maio 2022)

Exmas. Senhoras Deputadas e Senhores Deputados das Comissões de Orçamento e Finanças e de Educação e Ciência,

É a primeira vez que tenho a honra de falar nesta casa, que é de todos, e é com grande sentido de responsabilidade que aqui estou hoje, em conjunto com o Senhor Secretário de Estado Prof. Pedro Teixeira, para apresentar e discutir convosco a proposta de OE22 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Este momento é um ponto de partida para uma nova e longa legislatura, que se espera muito profícua em prol do ensino superior, da ciência e da tecnologia, o que é o mesmo que dizer em prol de mais desenvolvimento e mais justiça social para Portugal e para todos os portugueses.

O trajeto que iniciamos nesta sessão legislativa ambiciona prosseguir um caminho que nos deve orgulhar enquanto país, no que diz respeito aos avanços na qualificação e na valorização do conhecimento enquanto fatores de progresso económico, social e cultural. Esse trajeto beneficia do muito do que **foi conseguido nas últimas duas legislaturas**, cujos resultados importa destacar:

- Ainda ontem tomamos conhecimento que Portugal registou o mais elevado número de estudantes de ensino superior de sempre, com mais de **416 mil inscritos**, o que representa um aumento de **20% nos últimos seis anos**. Em 2021, a taxa de escolaridade do ensino superior, da população residente entre os 30 e os 34 anos, atingiu o valor de 44% no final de 2021, sendo que mais de metade dos jovens de 20 anos residentes em Portugal frequentam atualmente o ensino superior. **Nunca tantos estudaram no ensino superior como hoje!**
- Em 2021, cerca de 1,65 milhões de trabalhadores tinham formação superior, revertendo debilidades estruturais e ajudando a transformar a economia portuguesa numa economia cada vez mais qualificada, inovadora e competitiva. **Nunca tantas pessoas trabalharam com qualificação superior!**
- Em 2020, a despesa total em I&D atingiu 1,62% do PIB, com uma despesa total superior a 3,2 mil milhões de euros. Nunca o Estado, as empresas, as instituições de ensino superior e as entidades privadas sem fins lucrativos investiram tanto em investigação e inovação, criando **oportunidades de melhores empregos e perspetivas de futuro para um número crescente de profissionais qualificados**.

Estes são resultados reconhecidamente positivos e que nos devem orgulhar a todos. Certamente que nem tudo está feito e os tempos que vivemos, caracterizados por rápidas e profundas transformações, exigem **mais e melhor ensino superior, ciência e tecnologia**. Este Governo não deixará de abordar ao longo da legislatura esses desafios, assente na convicção profunda de que **investir em ciência, tecnologia e ensino superior é essencial para o progresso económico e social**.

Como bem ficou demonstrado, nos últimos dois anos, a ciência, a tecnologia e o ensino superior foram decisivos para a sociedade enfrentar com sucesso a pandemia em diferentes dimensões. Este resultado só foi possível devido a um investimento continuado, ao longo de muitos anos, no avanço do conhecimento e da qualificação.

Para continuar a progredir no conhecimento, **trabalhar em equipa** é cada vez mais importante. Deste modo, será reforçada a **colaboração com os outros ministérios**, potenciando a capacidade de a ciência contribuir, de forma transversal, para todas as áreas de ação governativa. Esta abordagem colaborativa amplifica o impacto das medidas orçamentais, contidas no presente documento, e promove uma maior coerência nas políticas públicas para a ciência, tecnologia e ensino superior.

Esta proposta de orçamento prossegue a aposta no **aumento do nível de qualificação dos portugueses e do investimento público e privado em I&D**, promovendo um processo efetivo de convergência europeia até 2030. O reforço do investimento público no Ensino Superior e Ciência visa contribuir para melhorar o nível e a qualidade do emprego e para a redução das desigualdades socioeconómicas, de género e territoriais no acesso à formação e à ciência e aos benefícios daí decorrentes.

A participação da comunidade científica em projetos financiados pela União Europeia e outros de cariz internacional é estratégica para o processo de convergência de Portugal com os países mais avançados. Deste modo, é fundamental estimular e apoiar a comunidade científica nesse esforço, contribuindo para **consolidar o posicionamento do País nas redes internacionais de ciência e tecnologia** e a sua capacidade para explorar as oportunidades associadas às fronteiras do conhecimento.

O Orçamento de Estado 2022 proposto apresenta **5 prioridades estratégicas** associadas a um conjunto de medidas específicas que enunciamos de modo resumida:

- I. Continuar a garantir o crescimento da despesa pública e privada em I&D, aumentando de forma progressiva o investimento global até atingir **3% do PIB** em 2030 (com 1/3 de despesa pública e 2/3 de despesa privada), assim como a previsibilidade e a regularidade do financiamento em ciência.
- II. Potenciar a capacidade de qualificação dos portugueses, através da renovação de um **“Contrato de Legislatura”** que, **findo o atual, possa apoiar o planeamento estratégico e plurianual** das Instituições de Ensino Superior Públicas para além da concretização dos **Programas Impulso Jovem STEAM e Impulso Adultos** através do **PRR** tendo em vista atingir em 2030 uma taxa média de frequência no ensino superior de 6 em cada 10 jovens com 20 anos e 50% de diplomados na faixa etária dos 30-34 anos.
- III. Concretizar o reforço do financiamento do **Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior**, garantindo a construção e reabilitação de **15 mil camas até 2026**, duplicando a oferta pública atual a preços regulados, conforme previsto no **PRR** com o objetivo de dar uma resposta integrada e de longo prazo às necessidades de alojamento acessível para os estudantes do ensino superior em todo o território nacional.
- IV. Promover a **modernização do ensino superior**, estimulando e apoiando as instituições de ensino superior no desenvolvimento de **abordagens inovadoras** quanto aos tipos de formação e quanto aos modos de ensino, aprendizagem e de avaliação.
- V. Continuar a promover a **simplificação e desburocratização** do sistema de ensino superior, ciência e tecnologia, flexibilizando as regras de execução financeira e de contratação pública simplificadas e adequadas ao contexto internacional e

competitivo dos projetos desenvolvidos pelas instituições. Esta é uma das medidas mais importantes a que nos propomos trabalhar: **SIMPLEX para a ciência**, isto é, trabalhar numa **BASE DE CONFIANÇA**.

Desta proposta de Orçamento de Estado é importante salientar alguns dos seus elementos estruturantes para a área da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

- O Programa Orçamental da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior prevê um **orçamento total de 3 448 M€** (dos quais 1 731 M€ em receitas de impostos). As dotações de receitas de impostos crescem 36 M€ face a 2021 (2,1%).
- O orçamento global da **FCT** em 2022 atinge 636 M€, quando em 2015 foi de 383 M€. A dotação inicial proposta para 2022 representa um acréscimo de 12% relativamente à execução de 2021, num montante de cerca de 11 M€. Se consideradas apenas receitas de impostos, o orçamento da FCT recebe 423 M€ de transferências diretas do OE em 2022, crescendo 2,6% face a 2021 (+11 M€) e 31% face a 2015 (+101M€).
- Adicionalmente, a proposta de orçamento prevê **o alargamento do reembolso do IVA às instituições de ensino superior e entidades sem fins lucrativos do sistema nacional de ciência e tecnologia a todos os consumíveis, assim como às licenças**, adquiridos no âmbito da sua atividade de I&D, para além do reembolso que já estava previsto até ao momento. Desde 2020, foram reembolsados cerca de 12 milhões de euros em IVA às instituições científicas e de ensino superior e esse montante de reembolso crescerá obviamente este ano com o alargamento agora proposto, reforçando assim por esta via o financiamento disponível para investigação.
- Adicionalmente, salientamos que **o reforço da capacidade de inovação e do investimento** em I&D em 2022 será particularmente estimulado no âmbito do PRR e do PT2030, designadamente através das **agendas de inovação empresarial e projetos mobilizadores**, com o objetivo de promover e apoiar iniciativas orientadas para intensificar a atividade de I&D, a articulação entre investigação e inovação e acelerar a transformação estrutural da economia portuguesa. Estes propósitos são reforçados pela **Missão Interface**, que estimulará o reforço, a modernização e a capacitação das instituições de ligação entre as instituições científicas e o tecido económico e social, designadamente centros tecnológicos e laboratórios colaborativos.
- A articulação virtuosa dos fundos nacionais com os fundos comunitários previstos no PRR garante **um inédito apoio nesta legislatura à construção e reabilitação de instalações e equipamentos**. Aos 375 M€, provenientes do financiamento do **Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior**, juntam-se **mais de 84 milhões aprovados nos programas Impulso para obras, infraestruturas e instalações**, sendo parte destas verbas executadas neste ano.
- Adicionalmente, as instituições de ensino superior beneficiarão ainda do **reembolso do montante equivalente ao IVA suportado nos projetos financiados exclusivamente pelo PRR**, assim reforçando as suas disponibilidades financeiras.
- No âmbito do ensino superior, importa ainda salientar, nesta proposta de OE, o **alargamento dos apoios sociais atribuídos aos estudantes**, com as **bolsas de**

**mestrado a suportar até 2 750€ de apoio a pagamento de propinas, quando hoje apenas apoiam o pagamento de propinas até 871€.**

Senhoras deputadas e senhores deputados,

A legislatura que agora se inicia terá certamente desafios muito relevantes, alguns dos quais ainda hoje desconhecemos devido à instabilidade política e macroeconómica internacional. Apesar dessa incerteza, o orçamento que agora vos propomos assenta numa visão política clara em que se pretende consolidar a Ciência e o Ensino Superior como instrumentos de desenvolvimento sustentável e inclusivo, fortalecendo o contributo económico e social da qualificação e da I&D nas empresas, na administração pública e no setor social, através duma visão que aposta na transversalidade da Ciência e do Ensino Superior face às demais áreas de ação governativa.

A estratégia, que preconizamos para este setor, assenta na convicção profunda que as Instituições de Ensino Superior e de I&D devem ser fortalecidas na sua autonomia e capacidade estratégica, com acesso a financiamento público reforçado, previsível e simplificado, com competências de gestão robustas e com carreiras docentes e de investigação estáveis, embora não reservadas apenas para os que hoje estão nas instituições, mas pensando nas gerações de jovens que estão em formação e que também legitimamente almejam prosseguir uma carreira profissional no ensino superior e na ciência.

A nossa visão política para o setor assenta ainda na defesa inabalável dos princípios da qualidade e equidade no Ensino Superior e na Ciência. A preocupação com a equidade consubstancia-se, nomeadamente, através do esforço de alargamento e diversificação do acesso ao ensino superior, do reforço da Ação Social e da prioridade ao alojamento estudantil. A preocupação com a qualidade concretiza-se no estímulo à modernização do ensino superior, através duma aposta continuada na inovação Pedagógica e Curricular e duma atenção persistente à eficiência formativa, tendo em vista a redução do insucesso e do abandono no ensino superior.

**Ao longo desta legislatura, o compromisso desta equipa será trabalhar incansavelmente por mais e melhor Ciência, mais e melhor Ensino Superior. É para a materialização dessa visão que contamos com o vosso apoio e colaboração.**